



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP**

**Versão do arquivo anexado / Version of attached file:**

Versão do Editor / Published Version

**Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:**

<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/733>

**DOI: 0**

**Direitos autorais / Publisher's copyright statement:**

©2020 by UFSCAR/PPGL. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

# LINGUASAGEM

## CERTEZA, SENTIDO, CONHECIMENTO

Sheila ELIAS DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

### Resumo

Neste artigo, a autora apresenta as questões enunciativas que motivam o grupo de pesquisa *Linguagem, Enunciação, Discurso* (LED) à investigação da certeza como efeito de sentido na linguagem, ilustrando essas questões por meio da análise da certeza em uma fala de um ministro do atual governo do Brasil. No diálogo entre a semântica da enunciação e a análise de discurso, o grupo elabora seu olhar materialista sobre a linguagem. O LED tem analisado, no debate social contemporâneo, a afirmação de enunciados questionáveis como certezas inquestionáveis, e o questionamento infundado de certezas oriundas do conhecimento histórico e científico. Observando que esses dizeres se filiam a discursos antidemocráticos, a autora alerta para a importância da democratização do conhecimento e de uma formação reflexiva sobre o sentido na linguagem.

**Palavras-chave:** certeza; enunciação; discurso; efeito de sentido

### Résumé

Dans cet article, l'auteur présente les questions énonciatives qui motivent le groupe de recherche *Langage, Énonciation, Discours* (LED) dans sa recherche sur la certitude comme un effet de sens dans le langage, illustrant ces questions à travers l'analyse de la certitude dans l'énonciation d'un ministre du gouvernement actuel du Brésil. Le dialogue entre la sémantique de l'énonciation et l'analyse du discours permet au groupe d'élaborer son regard matérialiste sur le langage. LED a analysé, dans le débat social contemporain, l'affirmation d'énoncés discutables en tant que certitudes incontestables, et la remise en cause infondée de certitudes découlant de connaissances historiques et scientifiques. Remarquant que ces énonciations sont liées à des discours antidémocratiques, l'auteur affirme l'importance de démocratiser les connaissances et d'encourager une formation réflexive sur le sens du langage.

**Mots-clés:** certitude; énonciation; discours; effet de sens

### A contemporaneidade da certeza como questão semântica

O Grupo de Pesquisa Linguagem, Enunciação, Discurso – LED (CNPq-UNICAMP) reúne estudiosos da significação na linguagem, unidos por uma tomada de posição epistemológica materialista a partir da qual construímos um diálogo entre

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: sheilael@unicamp.br.

Semântica da Enunciação, Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. Desde 2017, temos nos dedicado a compreender a *certeza como efeito de sentido na linguagem*. Neste artigo, exponho as questões enunciativas que nos motivaram a essa investigação, ilustro nossas questões por meio de uma pequena análise da certeza em uma fala de um ministro do atual governo do Brasil e pontuo formulações teóricas que nos têm orientado.

O tema surgiu a partir da observação, no debate social, da afirmação de enunciados questionáveis significados como certezas inquestionáveis, e, ao mesmo tempo, do questionamento infundado de certezas oriundas do conhecimento histórico e científico. Observamos também nesses dois movimentos na significação das certezas dizeres filiados a discursos antidemocráticos, que fragilizam o princípio ético fundamental das democracias modernas: a *igualdade de direitos*.

Esse princípio é formulado na *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), um legado da Revolução Francesa: “Os Homens nascem e são livres e iguais em direitos”, e é ratificado após a Segunda Guerra Mundial com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948 da Organização das Nações Unidas: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”<sup>2</sup>. A igualdade de direitos é o ideal primeiro a ser construído pelos países signatários da Declaração da ONU, como o Brasil.

A fragilização das democracias no mundo contemporâneo é apontada em diferentes pesquisas. O relatório de 2019 do Instituto sueco V-DEM – *Varieties in Democracy* inclui o Brasil em uma lista de vinte e quatro países apontados como “severamente afetados pelo que está estabelecido como uma ‘terceira onda de autocratização’”. *Autocracia* significa “um grau máximo de absolutismo na direção da personalização do poder. (...) O chefe de um Governo absoluto é um autocrata sempre que suas decisões não possam ser eficazmente freadas pelas forças intra-governativas” (BOBBIO *et al.*, 1983, p.372).

O relatório do V-DEM aponta três desafios para a democracia no mundo globalizado: 1) “manipulação da mídia, da sociedade civil, do estado de direito e das eleições pelo Governo”; 2) “ascensão da polarização tóxica”; 3) “digitalização

<sup>2</sup> *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar\\_dir\\_homem\\_cidadao.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Consultas em 20/02/2020.

possibilitando a disseminação da desinformação”<sup>3</sup>. Esses desafios/problemas dizem respeito a práticas de linguagem; é preciso expor o funcionamento semântico dos dizeres manipuladores, polarizadores ou desinformativos, e compreender o modo como a certeza aí trabalha.

O autoritarismo (ou uma de suas formas, a autocracia) é, por princípio, uma tomada de posição antidemocrática. Diante dos indícios de sua presença na gestão do país, é preciso estarmos alertas e mobilizados para garantir e fortalecer as bases da nossa democracia. As ideologias autoritárias negam “de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária” (BOBBIO *et al.*, 1983, p.94). É preciso saber identificá-las e combatê-las em nome da democracia, que temos construído a sobressaltos deste o final do século XIX.

Na próxima seção, discutirei algumas práticas enunciativas dos dois movimentos de significação de certezas que identificamos como antidemocráticos no debate social contemporâneo. No primeiro movimento, abordarei a *polarização ideológica*, os *discursos de ódio*, e a produção e propagação de *pós-verdades* e *fake news*. No segundo movimento, o revisionismo histórico e científico.

### **Montagem de certezas não sustentadas e desmonte de certezas sustentadas**

Entre as práticas enunciativas de significação de certezas não sustentadas, está a chamada *polarização ideológica*. No Brasil, ela se tornou senso comum na interpretação dos embates políticos e funciona como uma certeza que divide sujeitos sob o modo da exclusão lógica binária: *ou* você é x *ou* você é y. O binarismo da polarização apaga a complexidade das questões sociais e das posições políticas, dificulta o debate público e incita à violência.

Na UOL, uma das principais plataformas de conteúdo de Internet no país, a polarização é tema de um texto publicado na seção *Educação*, rubrica “Pesquisa escolar: atualidades”. A necessidade da sua discussão crítica na formação dos cidadãos

<sup>3</sup> V-DEM Annual Democracy Report 2019. Disponível em: [https://www.v-dem.net/media/filer\\_public/99/de/99dedd73-f8bc-484c-8b91-44ba601b6e6b/v-dem\\_democracy\\_report\\_2019.pdf](https://www.v-dem.net/media/filer_public/99/de/99dedd73-f8bc-484c-8b91-44ba601b6e6b/v-dem_democracy_report_2019.pdf). Minhas traduções. Consulta em 15/02/2020.

começa a ser reconhecida. Na mesma direção, o UOL Educação publicou textos sobre *pós-verdade* e *fake news*<sup>4</sup>.

*Pós-verdade* dá nome à produção de consensos sem sustentação em evidências, pelo apelo a crenças e emoções<sup>5</sup>. Em 2003, os Estados Unidos invadiram o Iraque sob a alegação da existência de armas de destruição em massa no país árabe. Não havia armas – a certeza propagada se revelou falsa – ainda assim, a guerra contra o Iraque perdurou até 2011. O presidente americano responsável pela invasão, George W. Bush, incluía o Iraque em um grupo de países que denominava “eixo do mal”<sup>6</sup>, um argumento que, mesmo longe de ser racional, teve forte apelo emocional e dividiu a opinião dos americanos.

Junto à produção de pós-verdades, a larga propagação de *fake news* – notícias falsas publicadas como verdadeiras – opera na manipulação da opinião pública. Como reação às *fake news*, o jornalismo das grandes mídias (*mainstream*) tem se dedicado à checagem de fatos (*fact checking*), direcionando seus esforços à verificação de números e dados. A *pertinência* do que é noticiado, ou a *não-neutralidade* de toda notícia, seja ela produzida em um jornalismo *mainstream* ou não, não são discutidas.

O *fact checking* direciona o olhar do leitor para números e dados estatísticos, significados como certezas inquestionáveis. Borba e Skovsmose questionam, do interior da matemática, sua manipulação pública pelo que chamam de “ideologia da certeza”, na qual se ampara “o poder atribuído à matemática de conter o argumento definitivo”. A “ideologia da certeza” é “um quadro geral e fundamental de interpretação para um número crescente de questões que transformam a matemática em uma ‘linguagem de poder’”. Essa manipulação matemática tem efeitos sociais negativos: “Essa visão da matemática - como um sistema perfeito, como pura, como uma ferramenta infalível se bem utilizada - contribui para o controle político”, posto que “resultados matemáticos e figuras estatísticas são constantemente referidos nos debates em curso na sociedade.

<sup>4</sup> Sobre *polarização ideológica*, texto disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/politica-a-polarizacao-radical-no-brasil.htm>. Consulta em 09/12/2019. Sobre *pós-verdade*, texto disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/pos-verdade.htm>. Consulta em 15/02/2020. Sobre *fake news*, texto disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/10/desinformacao-leitor-tambem-tem-que-ter-responsabilidade-diz-especialista.htm>. Consulta em 15/02/2020.

<sup>5</sup> O percurso de Zoppi-Fontana (2018) pelos sentidos de *pós-verdade* em inglês, francês e português a partir de sua eleição como palavra do ano pelo dicionário britânico *Oxford* em 2016 nos ajuda a compreender o funcionamento político dessa prática.

<sup>6</sup> A respeito da guerra do Iraque, suas alegadas motivações e seus efeitos, ver o artigo da BBC Brasil publicado em 25/03/2018, quinze anos depois do ataque inicial. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43479249>. Consulta em 09/12/2019.

Elas formam parte da estrutura da argumentação” (BORBA e SKOVSMOSE, 1997, p.17, minha tradução)<sup>7</sup>.

No Brasil, o Congresso Nacional criou, em agosto de 2019, a *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Fake News*, alegando que essa prática ameaça a democracia e o debate público. Na justificativa, há menção, entre outros fatos, aos resultados das eleições de 2018 e ao “aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio”<sup>8</sup>. O que se começa a compreender é que as práticas contemporâneas de produção e circulação de certezas falaciosas que apelam a crenças ou emoções, ou a uma pretensa univocidade e neutralidade matemática, tornam a vida em sociedade mais incerta, mais insegura e mais violenta.

Os *discursos de ódio*, agressões verbais que têm encontrado espaço nas redes sociais, são um indício do crescimento da violência. Sob a alegação falaciosa da ‘liberdade de expressão’<sup>9</sup>, esses discursos significam o outro a quem se dirigem como um sujeito inferior que pode e deve ser agredido. Lembremos mais uma vez a Declaração Universal da ONU: todos os seres humanos “são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. A *certeza anti-democrática* de que nem todos são iguais sustenta os discursos de ódio, que se dirigem, de modo nada fraterno, na maioria das vezes, a minorias sociais.

Junto a essas práticas que fazem circular inverdades como certezas, um segundo movimento coloca em questão certezas históricas e científicas; a negação da forma redonda da Terra ou da existência do Holocausto são exemplos de questionamento de certezas produzidas, respectivamente, no rigor de cálculos físicos e no rigor da apuração histórica de uma política de extermínio<sup>10</sup>.

O *United States Holocaust Memorial Museum* alerta para o fato de que o negacionismo do Holocausto “reúne uma grande variedade de grupos organizados de direita radicais” e “convém a objetivos escusos maiores”. O museu aponta como origem

<sup>7</sup> Agradecemos a Vinícius Massad Castro pela discussão produtiva desse texto no grupo.

<sup>8</sup> A atividade da Comissão pode ser acompanhada em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137594>. Consulta em 10/12/2019.

<sup>9</sup> Uma reflexão jurídica sobre a relação entre *liberdade de expressão* e *discursos de ódio* pode ser encontrada no site JusBrasil. Disponível em: <https://gus91sp.jusbrasil.com.br/artigos/152277318/a-liberdade-de-expressao-e-o-discurso-de-odio>. Consulta em 10/12/2019.

<sup>10</sup> Os argumentos dos “negacionistas do Holocausto” são tema de matéria publicada em julho de 2018 na BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-44897985>. Consulta em 10/12/2019. Os argumentos dos “terraplanistas” são tema de matéria publicada em agosto de 2019 pela GaúchaZH, que explica com razões científicas o engano desse revisionismo. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2019/08/sete-afirmacoes-feitas-pelos-terraplanistas-e-os-motivos-de-eles-estarem-enganados-cjze68lgl038r01qmslcdjmbp.html>. Consulta em 10/12/2019.

da negação do Holocausto a própria política nazista de ocultação da barbárie que promovia, e assevera que essa negação “é irracional e totalmente incompatível com os fatos históricos ou com a proporção do horror ocorrido”<sup>11</sup>.

É preciso refletir sobre os efeitos deletérios na vida social do questionamento de certezas produzidas no rigor da História e das ciências e da propagação massiva de inverdades como certezas. Entre esses dois movimentos, as tramas vão se tecendo. Eles operam na mesma direção, por vezes juntos, confundindo a população e desarticulando sua mobilização para a luta pela democracia.

Na próxima seção, analisarei o funcionamento semântico da certeza na afirmação (e reafirmação) de uma inverdade histórica pelo ministro das relações exteriores do Brasil, afirmação esta corroborada pelo presidente da República.

### **Desdobramentos do revisionismo histórico manipulador**

Em 2019, na época de uma visita feita em comitiva presidencial a Israel e ao *Centro Mundial de Memória do Holocausto*, o ministro das relações exteriores do Brasil afirmou a um canal do youtube e depois em texto de seu blog que o nazismo foi um movimento político de esquerda<sup>12</sup>. A inverdade da afirmação do ministro levou os jornalistas a questionarem o presidente da República, que manifestou a mesma certeza do ministro: “Não há dúvida, não é? Partido Socialista, como é que é? Da Alemanha. Partido Nacional Socialista da Alemanha”, respondeu o presidente”<sup>13</sup>. Esclarecendo: o sentido de ‘socialista’ no nome do partido de Hitler não era ligado ao socialismo de esquerda, mas a um nacionalismo de extrema direita, que defendia a pureza étnica da sociedade alemã.

O erro histórico não é exclusivo do ministro das relações exteriores ou do presidente da República. Em 2018, “um vídeo explicativo sobre o nazismo, publicado pela embaixada da Alemanha no Brasil e pelo consulado alemão no Recife (PE), provocou forte reação nas redes sociais no Brasil”. Muitos contestaram o vídeo, “questionando se o Holocausto realmente existiu e afirmando que o nazismo foi um

<sup>11</sup> *United States Holocaust Memorial Museum*. Disponível on-line em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/combating-holocaust-denial-origins-of-holocaust-denial>. Consulta em 17/02/2020.

<sup>12</sup> Reportagem da Revista *Istoé* aborda as duas afirmações e as reações negativas a elas por parte de acadêmicos brasileiros e da mídia alemã. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-criticas-ernesto-araujo-volta-a-identificar-nazismo-como-de-esquerda/>. Consulta em 19/02/2020.

<sup>13</sup> A declaração do presidente e a do ministro são objeto de reportagem do site G1, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/02/bolsonaro-diz-nao-haver-duvida-de-que-nazismo-era-de-esquerda.ghtml>. Consulta em 10/12/2019.



movimento de esquerda”<sup>14</sup>. A reação ao vídeo explicativo da Embaixada alemã sobre o nazismo sinaliza o risco de adesão popular ao revisionismo, que nega o conhecimento histórico atestado e afirma inverdades como certezas.

Em reação à afirmação do ministro das relações exteriores, o coletivo Judeus pela Democracia publicou uma nota de repúdio<sup>15</sup>. Nela, o coletivo alerta para o fato de a estratégia revisionista deste governo se assemelhar àquela usada para a promoção do nazismo:

Não se trata aqui de uma revisão balizada por pesquisa, reflexão crítica e debate. Trata-se de um dogmatismo autoritário que busca reescrever a história com uma narrativa de ódio a fim de demonizar qualquer oposição às visões e consequências históricas levadas a cabo por governos de extrema-direita.

Nosso posicionamento ético-político não nos levará a enaltecer todo governo de esquerda como positivo e nem a renegar todo governo de direita como nazista e/ou fascista. Também não nos levará, como levou ao ministro Ernesto Araújo, a inverter a história com o intuito de supostamente purificar a narrativa política. O nazismo nunca foi de esquerda, nem pertencia à direita conservadora ou liberal de sua época – à qual se opôs em muitos momentos. **Hitler foi uma figura central dos movimentos de extrema direita de então e permanece sendo até os dias de hoje. É preciso não esquecer que o nazismo se fortaleceu por meio de táticas publicitárias e perigosas alianças com alguns setores da direita que na época abriam mão de seus ideais humanitários para obter incertas vantagens, lembrando, infelizmente, os tempos atuais.**

O coletivo alerta ainda para o fato de as afirmações do ministro ajudarem a “sedimentar mentiras mortíferas” e para a consequente impropriedade de ele ocupar o cargo de ministro das relações exteriores: “um chanceler obscurantista que propaga mensagens perigosas e infames como essa não é digno do cargo que ocupa”. Para os judeus e para os democratas alemães, o cargo de ministro das relações exteriores tem um sentido político particular: foi a partir da ocupação desse cargo que Hitler assumiu o poder na Alemanha.

<sup>14</sup> Citações da reportagem da BBC Brasil, publicada em 02/04/2019, após a polêmica visita da comitiva presidencial ao Centro Mundial de Memória do Holocausto em Israel. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47784368>. Consulta em 10/12/2019.

<sup>15</sup> Nota de repúdio disponível em: <https://jornalgnn.com.br/relacoes-exteriores/revisionismo-historico-por-governo-foi-o-que-alimentou-nazismo-dizem-judeus/>. Consulta em 16/02/2020. Reportagem sobre a nota de repúdio, recuperando a narrativa histórica sobre as origens do nazismo e ligando o movimento de revisionismo histórico do Holocausto a afirmações do chamado “guru” do presidente, Olavo de Carvalho, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/judeus-pela-democracia-repudiam-fala-de-bolsonaro-sobre-nazismo/>. Consulta em 16/02/2020.



É preciso exercitar a dúvida, sobretudo numa conjuntura em que autoridades políticas negam a história. Vou analisar a afirmação do ministro das relações exteriores tomando-a como conclusão do seguinte entimema: *o inimigo é a esquerda; o nazismo é inimigo, (então) o nazismo é de esquerda*. A premissa maior é o problema desse entimema: o inimigo de uma República democrática (seja ela a República de Weimar ou a brasileira) não é a esquerda ou a direita; são os anti-democratas, e, dentre estes, sobretudo os que ocupam posições de poder.

Cabe esclarecer que o *ideal igualitário* que fundamenta a ética das democracias modernas é próprio do espectro das posições políticas de esquerda, e não das posições de direita. A distinção política entre direita e esquerda é formulada na modernidade na Revolução Francesa, no seio da qual se produz a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, cujo princípio fundamental, como já relembrei, é o da igualdade de direitos, pelo ideal de sociedades mais justas e menos opressoras. Ao longo de mais de dois séculos, as duas posições – direita e esquerda – se dividiram em diferentes modos de ação política. Mas algumas características permanecem identificando cada uma delas na sua complexidade; por isso, não se deve esvaziar de sentido a oposição entre direita e esquerda.

Retomando Cofrancesco, Bobbio identifica a *tradição* como o traço característico da direita, e a *emancipação* como o traço característico da esquerda: o homem de direita “é aquele se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a *tradição*”; já o homem de esquerda “é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc.” (COFRANCESCO, 1975 *apud* BOBBIO, 1994, p.82).

Para exemplificar uma posição de direita em favor da tradição, trago a fala recente do ministro da economia justificando sua política econômica de alta do dólar: “Todo mundo indo para Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada. Mas espera aí? Espera aí. (...)”. Nessa fala, a *desigualdade*, e não a *igualdade* é o princípio: *todo mundo* indo pra Disney (segundo o ministro, graças a um valor menor do dólar) é “uma festa danada” a ser evitada. No cômputo de *todo mundo*, as empregadas domésticas, para o ministro, não devem ter direito a ir à Disney.

A afirmação do ministro significa como certeza uma inverdade; segundo matéria da BBC News Brasil, “o que economistas mostram é o oposto dessa “festa”: viagens de avião para destinos no exterior ficaram na última posição entre os bens e serviços mais comprados pelos brasileiros durante o período conhecido como ‘boom da classe C’”.

Além de não ser compatível com os dados de idas ao exterior pela Classe C nos períodos de dólar baixo, a afirmação do ministro tampouco é compatível com as reais condições do trabalho doméstico no país: em 2019, foram computadas “13,3 milhões de empregadas domésticas trabalhando sem carteira assinada, contrapostas a 5,2 milhões trabalhando de maneira regular”. O salário, com carteira assinada, segundo a Fundação Getúlio Vargas, é em média de R\$1082,00, e sem carteira assinada, em média, de R\$640,00<sup>16</sup>. Nessas condições, fica difícil sonhar com a Disney, e mais difícil ainda projetar a viagem. A fala do ministro significa seu pendor pela manutenção da *tradição* das idas à Disney por classes mais altas.

Um consenso da esquerda, a partir da análise do capitalismo realizada por Karl Marx, é que esse sistema econômico produz desigualdade, uma vez que os detentores dos meios de produção exploram, para obter lucro, aqueles que vendem sua força de trabalho, pagando menos do que seu trabalho vale. A exploração econômica está na base de uma cadeia de desigualdades. Por isso, é preciso que o Estado intervenha como regulador das práticas econômicas, de modo a diminuir desigualdades e ampliar a democracia.

A intervenção do Estado pode acontecer de modos diferentes, segundo as posições no interior da esquerda: ela pode propor uma economia não capitalista, como nos países socialistas da antiga União Soviética, ou pode promover políticas de bem-estar social para atenuar a desigualdade produzida pelo capitalismo, como fazem os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia), considerados Estados altamente democráticos<sup>17</sup>.

No Brasil, no que diz respeito às empregadas domésticas (que não por acaso são na maioria mulheres negras), a Proposta de Emenda Constitucional conhecida como PEC das domésticas, aprovada em 2013<sup>18</sup>, buscou garantir para essas trabalhadoras igualdade de direitos em relação a outros trabalhadores. Ainda assim, como vimos nos dados da FGV, até hoje a maior parte das domésticas não tem carteira assinada,

<sup>16</sup> Citações e dados retirados da matéria da BBC News Brasil disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/empregadas-na-disney-viagem-internacional-191900850.html>. Consulta em 15/02/2020.

<sup>17</sup> Como atestam reportagens da Gazeta do Povo. A primeira, de 2018, está disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/os-11-paises-mais-democraticos-do-mundo-e-o-que-eles-tem-a-ensinar-ao-brasil-6curwyfhhxq0urxus1yhg93kt/>. A segunda, de 2019, está disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-sucesso-dos-paises-nordicos-nao-tem-nada-a-ver-com-o-socialismo/>. Consulta em 18/02/2020.

<sup>18</sup> Zoppi-Fontana (2017) analisa os embates ideológicos na designação de “empregada doméstica” por essas trabalhadoras e por dizeres sobre elas na época da discussão da PEC das domésticas.

permanecendo à margem dos direitos básicos trabalhistas, como férias, licenças especiais, salário mínimo e aposentadoria. A democracia é uma construção social que demanda trabalho contínuo.

Num exercício de busca da compreensão da diversidade histórica no interior das posições políticas de direita e esquerda, Cofrancesco aponta como de direita duas ideologias “românticas”: o *tradicionalismo* e o *fascismo*, e uma ideologia “clássica”: o *conservadorismo*; como de esquerda, uma “ideologia romântica”: o *anarco-libertarismo*, e uma “ideologia clássica”: o *socialismo científico*. Já o *liberalismo*, ideologia que ele considera “clássica”, pode ser de esquerda ou direita, segundo os contextos.

A análise histórica de Cofrancesco, retomada por Bobbio, permite entender a legitimidade da divisão entre esquerda e direita em duas posições políticas, e ao mesmo tempo vislumbrar a complexidade de cada uma delas. O exercício crítico do autor leva à percepção do quanto a polarização ideológica é superficial e desinformada, e o quanto ela enfraquece o debate político.

Voltemos, então, ao entimema que proponho para análise da associação do nazismo à esquerda pelo ministro das relações exteriores: *O inimigo é a esquerda; o nazismo é inimigo, (então) ele é de esquerda*.

O entimema é uma categoria da Retórica aristotélica; ele constitui uma forma de argumentação que se assemelha à do silogismo lógico, se sustentando não na verdade, como o silogismo, mas na *verossimilhança*. O silogismo lógico é definido como “um discurso pelo qual certas coisas estando postas, outra coisa resulta necessariamente desses dados” (ARISTÓTELES, Primeiras Analíticas I, 1, 24b18 *apud* PELLEGRIN, 2001, p.52). Ele se compõe de duas premissas a partir das quais resulta uma conclusão. Por exemplo: *Todo homem é mortal* (premissa maior); *João é homem* (premissa menor); *João é mortal* (conclusão).

No entimema que sustenta as falas do ministro das relações exteriores sobre o nazismo, a premissa maior é *O inimigo é a esquerda*; a premissa menor, *o nazismo é inimigo*; e a conclusão: *(então) o nazismo é de esquerda*. A premissa maior tem sido recorrente em falas de representantes ou apoiadores do atual governo federal. Após quatro vitórias seguidas nas eleições presidenciais de políticos do PT, maior partido de esquerda do país, interessa à direita combater o PT; pelo trabalho manipulador da polarização ideológica, *esquerda* é significada como sinônimo de *inimigo* e muitas vezes associada diretamente ao PT.

Como exemplos de dizeres que apontam a esquerda como o inimigo, trago duas notícias. Em abril de 2019, a coluna do jornalista Alberto Bombig no Estadão noticiou uma decisão de bastidores entre os militares que apoiam o atual governo:

Militares de alta patente temem que, com liberdade para articular e receber visitas, o ex-presidente [Lula] invista na criação de um novo “poste” para futuras eleições. O receio aumenta conforme os núcleos de poder da gestão Jair Bolsonaro se digladiam e a avaliação do governo dá sinais de estar em viés de baixa. **Por isso, a ordem entre os militares é evitar disputas estéreis e se lembrar sempre de quem é o inimigo comum: a esquerda e o PT**<sup>19</sup>.

E em janeiro de 2020, a seção *Política* do UOL noticiou uma fala do presidente:

**O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) atacou a esquerda, hoje, durante cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília, sobre mudança no comando da Operação Acolhida, de apoio a imigrantes venezuelanos. Bolsonaro afirmou que os esquerdistas “não merecem ser tratados como se fossem pessoas normais”. “Temos outro país aqui no Brasil. Quis o povo me eleger para governar aqueles que no passado colocaram o país na dificuldade que se encontra. Não adianta ter raiva, culpar os outros, achar que sem cada um fazer sua parte vai garantir dias melhores. Peço a Deus que continue abençoando o nosso Brasil, abra a mente de quem está do lado da esquerda” (...)**<sup>20</sup>.

A criação de inimigos do país e da nação é própria de discursos nacionalistas, especialmente os de tendência autoritária. Foi uma estratégia de Hitler para conquistar adeptos ao nazismo. Os inimigos eram, então, os judeus, a serem exterminados. O que o governo brasileiro atual propõe fazer com a esquerda ainda é incerto, mas é certo que para ele “os esquerdistas não merecem ser tratados como pessoas normais”; uma arbitrariedade típica do autoritarismo.

Afirmações falsas que significam como certezas, como a de que o nazismo foi um movimento de esquerda, ou a de que os esquerdistas não merecem ser tratados “como se fossem pessoas normais”, que carrega o perigoso implícito de que os sujeitos de esquerda não são pessoas normais, e o de que devem ser tratados como doentes mentais, devem ser combatidas, sobretudo quando enunciadas por autoridades públicas.

Segundo Aristóteles, o entimema é um meio de persuasão “inventado pelo orador”, e se caracteriza por fornecer a prova “pela mera força do argumento”. Ao lado

<sup>19</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/militares-fazem-alerta-o-inimigo-ainda-e-o-pt/>. Consulta em 17/02/2020.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/16/bolsonaro-diz-que-esquerda-nao-merece-ser-tratada-como-pessoas-normais.htm>. Consulta em 17/02/2020.

do exemplo, é considerado por Aristóteles o método retórico por excelência, o ‘corpo da persuasão’” (CEIA, 2009)<sup>21</sup>. O entimema significa na fala do ministro como um implícito; é preciso explicitá-lo e dar visibilidade à falácia da divisão política dos sujeitos entre *amigos* e *inimigos do Brasil*, quando *Brasil* significa em um discurso autoritário antidemocrático. No período mais violento da repressão durante a ditadura militar, o slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o” lembrava os governados da sua total submissão os governantes<sup>22</sup>. É hora de estarmos atentos e reagirmos coletivamente ao dizer de autoridades contra a democracia.

### Trama de certezas no olhar de Wittgenstein

A certeza é uma questão filosófica debatida desde a época clássica; a palavra é entrada de verbetes em dicionários de filosofia, nos quais a definição significa na contradição entre *objetividade* e *subjetividade*. O dicionário de Abbagnano apresenta “dois significados” que qualifica como “fundamentais” e “frequentemente complementares”: “segurança subjetiva da verdade de um conhecimento” e “garantia que um conhecimento oferece da sua verdade” (ABBAGNANO, 1998, p.131). Nesse dicionário, o conhecimento significa tanto *garantia objetiva* quanto *segurança subjetiva* da verdade. Põe-se como questão a relação entre certeza, verdade, crença e conhecimento.

Essa relação é discutida nas anotações de Wittgenstein sobre a certeza no jogo da linguagem, publicadas postumamente em *Da certeza* (WITTGENSTEIN, 1969). A ideia de “jogo da linguagem” implica que é preciso tomar a significação na linguagem considerando o movimento entre língua, enunciação (tomada da palavra) e sociedade. A reflexão de Wittgenstein mostra que a certeza é parte da significação: “uma pessoa não pode fazer experiências se não houver coisas de que não duvide” (DC, 337). Ela é necessária inclusive para que haja dúvida: “comportamento de dúvida e de não dúvida. Só há o primeiro se houver o segundo” (DC, 354)<sup>23</sup>.

Ao tratar da certeza na construção do conhecimento, Wittgenstein aborda a relação entre as proposições da lógica matemática e as proposições empíricas e advoga

<sup>21</sup> CEIA, Carlos. *Entimema*. In: CEIA, Carlos. E-dicionário de termos literários. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/entimema/>. Consulta em: 16/02/2020.

<sup>22</sup> Para lembrar as origens e o momento de circulação do slogan, ver reportagem da Revista SuperInteressante, disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/de-onde-veio-o-ame-o-ou-deixe-o/>. Consulta em 22/02/2020.

<sup>23</sup> *Da certeza* é um conjunto de anotações numeradas. Para simplificar a referência, cada citação terá a indicação DC seguida do número da anotação. Por exemplo: (DC, 93) significa *Da certeza*, anotação número 93.

que o conhecimento matemático não é independente do jogo da linguagem: “aprendemos com a mesma inexorabilidade que isto é uma cadeira e que  $2 \times 2 = 4$ ” (DC, 455). A relação entre as proposições lógicas e empíricas é complexa: “a verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências” (DC, 83). As proposições empíricas dizem respeito à construção da imagem que temos do mundo. “E o seu papel é semelhante ao das regras de um jogo. E o jogo pode ser aprendido puramente pela prática, sem aprender quaisquer regras explícitas” (DC, 95). Wittgenstein mostra que na prática, algumas certezas vão sendo *incorporadas* (e não *aprendidas*) como evidências.

*Da certeza* mostra ainda que uma mesma proposição pode ser lógica ou empírica, segundo o seu tratamento: “A mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar pela experiência, outra vez como regra de verificação” (DC, 98). Nessa observação, bem como no recorte a seguir, a inquestionabilidade e a inviolabilidade das proposições lógicas é posta em xeque:

(...) não há demarcação nítida entre proposições metodológicas e proposições no âmbito de um método. Mas não se teria de dizer então que não há demarcação nítida entre as proposições da lógica e as proposições empíricas? A falta de nitidez é a da demarcação entre *regra* e proposição empírica. Aqui há que ter em conta, segundo creio, que o próprio conceito de “proposição” não é nítido. Digo mesmo: qualquer proposição empírica pode transformar-se num postulado – e então torna-se uma norma da exposição. Mas tenho suspeitas mesmo quanto a isso (...) (DC, 318-321).

No recorte acima, a própria ideia de proposição, que está na base da reflexão lógica, é questionada. *Da certeza* desautomatiza as certezas lógicas e nos coloca na posição de compreender a certeza para além de suas evidências, e para além dos automatismos ou da lógica matemática.

Wittgenstein dá visibilidade ao fato de que há diferentes modos de relação dos sujeitos com a certeza; há certezas que precisam ser afirmadas, e outras inquestionáveis que não necessitam ser afirmadas, e ainda aquelas que não podem ser afirmadas, já que “o homem sensato não tem certas dúvidas” (DC, 220). “Actualmente, não posso imaginar uma dúvida sensata acerca da existência da Terra nos últimos 100 anos” (DC, 261). As certezas nem sempre são permanentes, porque o quadro de referências pode se alterar, uma vez que “o jogo de linguagem muda com o tempo” (DC, 256).

Assim como a sustentação lógica do conhecimento deve ser compreendida naquilo que a constitui como “jogo da linguagem”, a crença e o convencimento também

fazem parte desse jogo: a “possibilidade de cada um se convencer faz parte do jogo da linguagem. Representa uma das suas características essenciais” (DC, 3). Crença, convencimento e efeito de evidência fazem parte da discussão da significação da certeza das afirmações com *eu sei*, discussão que percorre as anotações de Wittgenstein.

Segundo o autor, as frases afirmativas iniciadas por *eu sei* aparentam descrever um estado de coisas e garantir como fato o que é significado como sabido pelo sujeito que enuncia. Tomadas na sua aparente evidência, elas nos fazem esquecer de que não basta afirmar *eu sei* para que o sujeito de fato saiba, ou tampouco para que o fato afirmado como saber seja verdadeiro. Wittgenstein mostra que os falantes empregam frases afirmativas com *eu sei* sem se preocupar “se faz sentido” empregá-las, isto é, se de fato a elas se segue a apresentação de um saber, e se é necessário ou pertinente enunciar esse saber.

O efeito de evidência dessas frases faz com que os falantes esqueçam que a linguagem permite outras frases com o verbo *saber* que anulam o efeito de certeza das afirmações com *eu sei*, como *Eu pensava que sabia*, ou a pergunta: *será que eu sei?* Ele lembra ainda que a afirmação com *eu sei* pode exprimir “a disponibilidade em acreditar em certas coisas” (DC, 330) segundo o quadro de referências. E nos provoca apontando a possível pessoalidade da certeza: “Actuo com *inteira* certeza. Mas essa certeza é minha” (DC, 174). Nessa direção, dizer *eu sei* não justifica a convicção: “‘Eu sei isso’, digo para outra pessoa; há aqui uma justificação; mas não há nenhuma para a minha convicção” (DC, 175). Os fundamentos alegados para o saber são vários: “Em vez de ‘eu sei isso’, pode-se dizer, em alguns casos, ‘Eis como as coisas são – confie nisso’. Nalguns casos, contudo, ‘aprendi isso há muitos anos’; e às vezes: ‘Tenho certeza de que é assim’” (DC, 176).

Os diferentes modos de significação das afirmações com *eu sei* dão visibilidade ao próprio da língua no conjunto de anotações densas em *Da certeza*. Em nosso olhar materialista, suas anotações apontam para o que, pela filiação à Análise de Discurso, concebemos como a incompletude constitutiva do sentido na linguagem, “lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não-apreensível” (ORLANDI, 1992, p.12). Assumindo a incompletude da linguagem, buscamos compreender as divisões políticas da certeza como efeito de sentido.



### Trama de certezas no olhar de uma semântica materialista

O materialismo histórico é a uma “teoria científica da história”<sup>24</sup>, elaborada na reflexão de Karl Marx sobre o capitalismo, na qual concebe que “as relações jurídicas e as formas correspondentes do Estado se enraízam nas condições de existência materiais dos homens, constituindo esta sociedade civil da qual a economia política apresenta a anatomia”. As sociedades são assim concebidas como formações sócio-econômicas (AUROUX & WEIL, 1991, p.308).

A Análise de Discurso de filiação pècheuxtiana se inscreve no materialismo histórico, elaborando sua posição a partir da leitura de Marx feita por Louis Althusser. Subjetividade, linguagem e processos econômicos estão intrinsecamente relacionados: “a existência do animal humano social e falante constitui o pressuposto de base de todo modo de produção econômica possível, ou, mais precisamente, o suporte das relações sociais que correspondem a este modo de produção” (PÊCHEUX, 1971, p.128). Essa relação se faz e refaz no trabalho da ideologia:

(...) a ligação contraditória entre a reprodução e a transformação das relações de produção articula-se no nível ideológico, na medida em que não são os “objetos ideológicos”, tomados um a um, mas a própria divisão em regiões (Deus, Ética, Lei, Justiça, Família, Saber, etc.) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem o que está em jogo na luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1994, p.145).

A ideologia é força material que constitui os indivíduos em sujeitos (PÊCHEUX, 1975, p.129) e está na base do funcionamento da linguagem:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., Evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1975:160)

Compreendendo a evidência como efeito do trabalho ideológico, buscamos dar visibilidade ao processo de constituição das certezas como evidências. A relação entre enunciação e discurso dá base à investigação, e leva em conta o lugar central da enunciação na articulação dos processos discursivos sobre a base linguística, que se

<sup>24</sup> “La teoría marxista está formada, por lo tanto, por una teoría científica de la historia o materialismo histórico y por la teoría filosófica que corresponde a esta revolución en el campo de las ciencias: el materialismo dialéctico”. (HARNECKER, 1969, p.8)

torna possível “pela existência, no próprio interior desta base, de mecanismos resumidos pelo termo *enunciação*, pela qual se efetua a tomada de posição do “sujeito falante” em relação às representações das quais ele é o suporte” (PÊCHEUX, 1971, p.128-9).

A análise de discurso constitui um dos diálogos fundamentais realizados pela inscrição no materialismo histórico da semântica enunciativa desenvolvida por Eduardo Guimarães. Com a AD, Guimarães considera que “a linguagem significa, completamente, no equívoco” (GUIMARÃES 1995, p. 89). O *equivoco* não é entendido como erro, mas como “o efeito da falha da língua inscrevendo-se na história” (ORLANDI, 2003). O funcionamento da linguagem no equívoco faz com que toda descrição do sentido na linguagem esteja “intrinsecamente exposta ao equívoco da língua”, uma vez que todo enunciado, toda sequência de enunciados é “linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 1983, p.53).

Com essa tomada de posição, Guimarães (1987, 1995, 2002, 2011, 2018) tem se dedicado à compreensão de mecanismos semântico-enunciativos, como a *argumentação*, a *designação*, a *referência*, a *nomeação*, a *textualidade*, entre outros. Esses mecanismos são fundamentais na construção dos sentidos de certeza, assim como são as *cenar enunciativas*, nas quais a projeção dos sujeitos falantes no acontecimento da *enunciação* é analisada no detalhe.

Pela consideração do equívoco como constitutivo do funcionamento da linguagem, Guimarães concebe que “o lugar a partir do qual se enuncia não é um lugar neutro, é um lugar que funciona como parâmetro, como medida. É um lugar social, histórico, e não estritamente linguístico” (GUIMARÃES, 2018, p.104), e trabalha a *textualidade* entendendo que “não há texto sem o processo de deriva de sentidos”. Assim “procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc.”, tomados usualmente como produtores de *coerência de ideias*, são na sua visada materialista concebidos como “procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade” (GUIMARÃES, 1998, p.4). A deriva de sentidos é própria do trabalho do *político*. Na filiação à semântica de Guimarães, entendemos a certeza como efeito do trabalho político do sentido.

No senso comum, o adjetivo ‘político’ se refere à *governança pública* e o substantivo aos sujeitos envolvidos na governança pública, apontados como ‘os políticos’. Numa posição materialista, o *político* não se restringe à governança pública, e sim diz respeito ao *conflito que está na base das práticas sociais*. Guimarães

caracteriza o político (ou a política) no dizer “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (GUIMARÃES, 2002, p.16). A análise de discurso o caracteriza pelo “fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (ORLANDI, 1996, p.21-22). Entre os direcionamentos do dizer e suas filiações à memória interdiscursiva, o político toca ao conflito da divisão de sentidos<sup>25</sup>.

Nos interessa compreender como as enunciações que produzem e fazem circular “certezas” antidemocráticas significam; que divisões políticas inscrevem no dizer. Então é preciso ter em conta que:

- os fatos e a certeza sobre os fatos nem sempre se recobrem;
- o político trabalha nos mecanismos de afirmação da certeza (ou do seu questionamento) e significa em afirmações de pertencimento (ou não pertencimento) e em filiações interdiscursivas;
- no debate público contemporâneo, é preciso considerar a propagação massiva de inverdades e seu possível funcionamento como argumentação por autoridade<sup>26</sup>;
- marcadores de certeza como ‘eu sei’ podem produzir uma dupla afirmação: sobre o ‘eu’ (que afirma que sabe) e sobre o mundo (declarado como sabido); eis um modo de divisão do político;
- a certeza se constrói na relação entre o dizer e o não-dizer, este significando em implícitos e anti-implícitos<sup>27</sup>;
- o sentido deve ser compreendido em seu processo e em seus efeitos.

### Por onde anda o conhecimento?

O dicionário de língua nos diz que *conhecer* é “ter ou adquirir informações sobre alguma coisa”. Ainda que esta definição seja redutora, ela nos lembra a importância da busca da informação no percurso de conhecimento. A definição de *inteligência* é um pouco mais complexa: “faculdade de entender, pensar, raciocinar e interpretar”.

<sup>25</sup> Em texto anterior (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014), advogo pela capacidade heurística da articulação entre os dois olhares sobre o político, o enunciativo e o discursivo, na análise da linguagem.

<sup>26</sup> Em texto anterior (ELIAS DE OLIVEIRA, 2019), refleti sobre a diferença epistemológica entre a ideia de *argumentação por autoridade*, de Ducrot, e a de *lugar de fala*, mobilizada pela militância política.

<sup>27</sup> A reflexão sobre o silêncio como *anti-implícito*, o sentido não-dito a que o dizer não conduz, ainda que esteja relacionado a ele, está em Orlandi (1992).

Podemos juntar a ela a de *bom senso*: “faculdade natural de julgar (algo, alguém) de maneira correta e equilibrada”<sup>28</sup>. “Faculdade natural”?!

Os tempos de *polarização ideológica, discursos de ódio, pós-verdades, fake news, revisionismo histórico e científico, desinformação* nos fazem perguntar por onde anda nosso julgamento ‘correto e equilibrado’, nossa “faculdade de entender, pensar, raciocinar e interpretar”; por onde anda a busca da ‘informação’; a reflexão; por onde anda o questionamento das certezas que significam como absolutas, inabaláveis, mesmo sem sustentação em fatos ou evidências.

Chauí assinala o avanço do conhecimento a partir do tratamento da *ideologia* em Marx e do *inconsciente* em Freud:

A busca da cura dos sofrimentos psíquicos, em Freud, e a luta pela emancipação dos explorados, em Marx, criaram condições para uma tomada de consciência pela qual o sujeito do conhecimento pôde recomeçar a crítica das ilusões e dos preconceitos que iniciara desde a Grécia, mas, agora, como crítica de suas próprias ilusões e preconceitos.

Em lugar de invalidar a razão, a reflexão, o pensamento e a busca da verdade, as descobertas do inconsciente e da ideologia fizeram o sujeito do conhecimento conhecer as condições – psíquicas, sociais, históricas – nas quais o conhecimento e o pensamento se realizam (CHAUÍ, 2002, p.176).

A tomada de consciência das condições nas quais o conhecimento se realiza e também das condições nas quais, para sustentar hierarquias e exclusões, ele é impedido de se realizar e de formar cidadãos leva à luta pela democratização do conhecimento, fundamental para o aprimoramento das certezas sobre as quais construímos e movimentamos as relações sociais.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola (1998). **Dicionário de Filosofia**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 5ed.

AUROUX, Sylvain e WEIL, Yvonne. **Dictionnaire des auteurs et des thèmes de la philosophie**. Paris: Hachette, 1991.

<sup>28</sup> Definições do *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* on-line, da Ed. Melhoramentos, 2020, disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro>. Consulta em 16/02/2020.

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1983) **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BOBBIO, Norberto. (1994) **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- BORBA, e SKOVSMOSE, BORBA, M. C.; SKOVSMOSE, O. *The ideology of certainty*. In: **For the learning of Mathematics**, v. 17, n. 3, 1997, p. 17-23.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002, 12ed.
- ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. *Sobre o funcionamento do político na linguagem*. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos** 34, jul./dez.2014, p.41-53.
- ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. *Lugar de fala: uma ideia como contra-discurso*. In: VENTURINI, Maria Cleci, LOREGIAN-PENKAL, Loremi e WITZEL, Denise Gabriel. **Linguística na contemporaneidade**: interfaces, memórias e desafios. Campinas: Pontes, 2019, p.191-209.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Textualidade e enunciação*. In: **Escritos** nº 2. Campinas: Labeurb, 1998, p.3-12.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo das conjunções no português. Campinas: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG, 2011.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas: Pontes, 2018, p.173-197.
- HARNECKER, Marta. (1969) **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. Madri: Siglo veintiuno, 1976, 36ed.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio** no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. São Paulo: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil*. In: **Anais do I SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso** [recurso eletrônico] – Porto Alegre : UFRGS , 2003. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Consulta em 25/02/2020.
- PÊCHEUX, Michel (1971). *Língua, “linguagens”, discurso*. In: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**, textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2014, p.121-129.
- PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, 2ed.
- PÊCHEUX, Michel (1983). **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997, 2ed.

PÊCHEUX, Michel. *O mecanismo do (des)conhecimento ideológico*. In: ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia**. (1994). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PELLEGRIN, Pierre. **Le vocabulaire d'Aristote**. Paris: Ellipses, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1969) **Da certeza**. Lisboa: Edições 70, 2012.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. *Domesticar o acontecimento: metáforas e metonímias do trabalho doméstico no Brasil*. In: ZOPPI-FONTANA, Mônica G.; FERRARI, Ana Josefina (orgs.) **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**. Campinas: Pontes, 2017. Vol.2, p.123-159.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. *Pós-verdade: léxico, enunciação e política*. In: RODRIGUES DE OLIVEIRA, Rosimar R.; ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila; RODRIGUES, Marlon L.; KARIM, Taisir M. (orgs.) **Linguagem e significação: práticas sociais**. Campinas: Pontes, 2018, vol.2, p.133-166.

Submetido em: 16/02/2020.

Aprovado em: 16/06/2020.

#### **Como referenciar este artigo:**

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Certeza, sentido, conhecimento. **Revista Linguagem**, São Carlos, v.34, Número Temático, jan./jun. 2020, p. 1-20.